

## Para onde tem nos levado a pandemia? Entre tantos desamparos públicos, precisamos também falar sobre avaliação em políticas públicas

*Where has the pandemic taken us? Among so many public helplessness, we also need to talk about public policy evaluation*

Rosana de Freitas Boullosa<sup>1</sup>

### RESUMO

Este ensaio procura chamar atenção para a responsabilidade da avaliação no enfrentamento da atual situação de crise em que se encontram as políticas públicas, inclusive quando voltadas para a contenção da expansão da pandemia de Covid-19, em um contexto de crescimento político da ultradireita no país. O texto está estruturado em cinco passagens, que apresentam uma posicionalidade em defesa do papel da avaliação como resposta potencial e necessária aos movimentos de esvaziamento da dimensão política nos processos de gestão das políticas públicas: do desamparo público à perda do público; da perda do público à crescente rede de valores antidemocráticos; da rede de valores antidemocráticos às armadilhas do gerencialismo despolitizado; do gerencialismo despolitizado à avaliação em políticas públicas; e, por fim, fazendo o caminho de volta: da avaliação em políticas públicas ao enfrentamento do gerencialismo despolitizado, dos valores antidemocráticos e do desamparo público, por meio de uma posicionalidade axiológica. As conclusões apontam para a necessidade de construção de uma agenda de pesquisa para a avaliação que promova a reflexividade como um estímulo para novos e necessários exercícios de posicionalidade por parte das avaliadoras e avaliadores.

**Palavras chave:** Desamparo público; políticas públicas; avaliação; pandemia de Covid-19

### ABSTRACT

This essay seeks to draw attention to the responsibility of evaluation in facing the crisis in which public policies find themselves currently, even when they are aimed at containing the expansion of the Covid-19 pandemic, in the context, of political growth of the ultra-right in Brazil. The text is structured in five passages that present a positioning in defense of the role of evaluation as a potential and necessary response to the attempts of emptying the political dimension in public policy management processes: from public helplessness to the loss of the public; from the loss of the public to the growing network of anti-democratic values; from this network of anti-democratic values to the pitfalls of depoliticized managerialism; from depoliticized managerialism to public policy evaluation; and, finally, the text takes us back the same way: from public policy evaluation to confrontation of depoliticized managerialism, anti-democratic values and public helplessness through an axiological positionality. The conclusions point to the need of building a research agenda for a kind of evaluation that promotes reflexivity as a stimulus for new necessary positional exercises by the evaluators.

**Keywords:** Public helplessness; public policy; evaluation; Covid-9 pandemic

<sup>1</sup> Professora Associada da Universidade de Brasília (UnB), Coordenadora do curso de Gestão em Políticas Públicas (GPP/FACE/UnB), Coordenadora nacional da Escola Livre em Gestão Social e Coordenadora do Núcleo de Estudos Urbanos (NEUR) do CEAM/UnB. É Líder do Grupo de Pesquisa Processos de Inovação e Aprendizagens e Políticas Públicas e Gestão Social e é Bolsista de produtividade DT do CNPq. Email: [zanzanzan@gmail.com](mailto:zanzanzan@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

Este ensaio busca chamar atenção para a responsabilidade da avaliação no enfrentamento da atual situação de crise em que se encontram as políticas públicas, inclusive quando voltadas para a contenção da expansão da Covid-19, uma pandemia que já produziu quase 1,2 milhões de perdas de vida humana pelo mundo, com os destaques negativos para o Brasil e para Estados Unidos. Este chamamento, porém, leva em consideração o contexto dos avanços políticos mais recentes da ultradireita no Brasil, em um panorama mais geral do que a literatura especializada tem chamado de era da pós-verdade. Assume-se que este contexto vem produzindo o esvaziamento dos processos de construção de público, por meio do encorajamento do afeto público do desamparo, ao qual se ancora um conjunto pequeno, porém bem articulado de valores antidemocráticos. Os caminhos de tais avanços são problematizados a partir das noções de argumento e de valores, principais objetos de fortes disputas narrativas que, em um contexto político de crescente instabilidade democrática global, vêm produzindo muitos desamparos públicos. São movimentos que se retroalimentam e que se modelam mutuamente, aprisionando-nos em sociedades cada vez mais polarizadas, marcadas por processos fechados e autorreferenciados de produção e de reprodução de conhecimento.

As polarizações que vemos se aprofundar são estimuladas e mantidas por afetos negativos - tais como o ódio -, que adquirem, cada vez mais, uma dimensão pública. E mesmo as críticas a tais polarizações e afetos acabam por reforçar um afeto constituidor dos muitos outros negativos que têm transbordado nas arenas públicas: o afeto do desamparo público. Para defender tal argumento, este texto está estruturado em cinco passagens (além desta introdutória e das considerações finais) que, juntas, apresentam-se como uma narração de uma posicionalidade em defesa do papel da avaliação como resposta potencial e necessária aos movimentos de esvaziamento da dimensão política nos processos de gestão das políticas públicas. Na primeira passagem, apresento a ideia de desamparo público como um afeto público que provoca a perda do próprio sentimento de público, bem como dos esvaziamentos de suas dinâmicas democráticas de formação, impulsionando a construção de uma rede de significados carregados de valores antidemocráticos e sendo impulsionado por ela, o que constitui o objeto da segunda passagem.

Estes valores, quando assumem a desvalorização da ciência como objeto, levam à despolitização da mesma, inclusive por quem a defende, sobretudo por reduzir a sua complexidade e pluralidade à ciência racional-positivista, nos levando de volta para as armadilhas do gerencialismo despolitizado, como discutido na terceira passagem. Na seguinte, busco explicar como e porque tal gerencialismo se ancora com facilidade, muito infelizmente, no campo da avaliação em políticas públicas, para, por fim, na última passagem, trilhar o caminho de volta, argumentando que, somente por meio da posicionalidade axiológica em avaliação de políticas públicas, conseguiremos de algum modo combater o triângulo argumentativo populista de ultra-direita e enfrentar o gerencialismo despolitizado, os valores anti-democráticos e do desamparo público. As conclusões finais propõem uma agenda de pesquisa que amplie a reflexividade dos avaliadores(as) e da avaliação como campo de estudos e práticas.

## DO DESAMPARO PÚBLICO À PERDA DO PÚBLICO

Sentir-se desamparado é sentir-se abandonado em suas demandas mais íntimas de proteção. Um afeto que, de modo mais frequente, relaciona-se ao não atendimento de demandas muito específicas de ajuda ou de proteção individual. Este afeto passa a ser, porém, muito significativo, ainda na esfera privada, quando

as demandas se avolumam - como nos casos de sujeitos vulnerabilizados - e quando o mesmo passa a ser constituidor de identidades. Aqui, porém, nos interessa particularmente compreender o afeto do desamparo em seu movimento de migração da esfera privada para a esfera pública. Falamos de desamparo público quando passamos a lidar com um afeto coletivamente construído, coletivamente experienciado, êxito de redes compartilhadas de significados ou matrizes extensas, sempre historicizadas. E o desamparo torna-se público quando ele passa a funcionar como afeto constituidor da própria experiência de público.

Os afetos públicos, portanto, não nascem públicos. Assim como os problemas (Dewey, 1927; Blumer, 1971), eles vão se construindo como tal na medida em que um público passa a lhes dar sustentação, num processo de retroalimentação negativa que reforça uma ação pública de difícil acesso, porque situada no âmbito da aprendizagem. Os afetos públicos estão relacionados à aprendizagem porque são constituidores do modo como nos inserimos identitariamente nos processos da vida pública. Quando negativo, um afeto como o do desamparo, pode provocar a negação dos julgamentos de valor (RICOEUR, 1986), por uma circularidade autorreferenciada que imputa uma falsa condição de neutralidade axiológica exclusivamente válida dentre de um mesmo quadro de valores. Com isto, assistimos a estruturas circulares e fechadas de significados que estão, por sua vez, na base das polarizações discursivo-valorativas que caracterizam muitas sociedades, incluindo a brasileira.

Os afetos públicos podem e devem ser trazidos para o campo de estudos em políticas públicas, pois eles estão fortemente imbricados em discussões consistentes com as noções de público (JAMES, 1909), de vida pública (HIRSCHMAN, 1967), de significados em experiências coletivas (CALLAN, 1997), de cidadania (MARCUS, 2002), dentre outras. Assim, neste esforço de reorganização de seus significados, compreendemos o “desamparo público” (BOULLOSA et al., 2020) como um afeto socialmente realizado (JAMES, 1909; DEWEY, 1937), de natureza sociopolítica (SAFATLE, 2015), portador de uma potência avaliativa de negação discursiva (RICOEUR, 1986), mas também de uma potência projetual (HIRSCHMAN, 1967), que ativa uma circularidade modeladora e excludente (RICOEURS, 1955), capaz de redesenhar e aprisionar sentimentos públicos negativos das cidadãs e dos cidadãos que se colocam em disputas nas arenas e fóruns públicos (CALLAN, 1997; MARCUS, 2008).

O desamparo público é assim um afeto que desarticula, segrega e polariza sociedades. Ao sentirem-se desamparados, diferentes públicos reagem reforçando as matrizes de significado constituídas e constituintes de suas próprias redes, pois buscam o amparo que precisam por meio de reafirmação e reificação de axiomas cada vez mais simplificados e simplificadores das complexidades e incertezas que nos rondam. E a dimensão projetual do desamparo acaba por se dar no terreno do ódio, com a projeção do outro como inimigo. Do outro que também é um ‘outro generalizado’ (MEAD, 1932). E a disputa passa a ser entre alguns outros generalizados, numa arena discursiva onde transitam instrumentos de atribuição dos afetos de descrédito, ódio, invisibilização, criminalização e neutralização dos outros generalizados que são tratados como os grandes antagonistas. E de grandes antagonistas, onde os outros generalizados de todos os outros generalizados passam a assumir a dimensão projetual de novas temporalidades, passamos a falar de antagonistas históricos, sustentados por narrativas frágeis.

E a fragilidade das narrativas, que podem ser expostas a partir de exercícios de análise de discursos (ANTUNES, 2020), inclusive quando ancoradas em estudos de retórica (REIS, 2020), não é suficiente para frear suas forças de reprodução e de reforço daquelas mesmas matrizes de significados que, duvidosamente (quando não falsamente), lhe validaram. Uma força de entropia parece, então, ter aprisionado públicos inteiros em situações de opressão, impedindo diálogos mais aprofundados. Este movimento de brusca redução cognitiva leva, por sua vez, ao distanciamento da necessária reflexividade geradora de

aprendizagens críticas e democraticamente transformadoras. Além disto, ao reforçar suas próprias matrizes, fechando-se a outras, o desamparo produz um processo progressivo de desativação de uma multiatorialidade (BOULLOSA, 2019) que deveria caracterizar os fluxos de políticas públicas. Por multiatorialidade compreende-se a atorização da articulação entre os atores em tais fluxos, ativadas por dinâmicas relacionais de complexidade, incerteza e posicionalidade, numa proximidade evidente com o conceito e a busca pela prática da democracia radical (DEWEY, 1937). Trata-se, assim, de “um construto interpretativo sociocêntrico que busca superar a dimensão estadocêntrica do ator individual como lócus único da ação em políticas públicas, bem como definidora da própria qualidade da ação (a política é pública porque o ator é público)” (BOULLOSA, 2019: 97)

A desativação da multiatorialidade produz um círculo vicioso com a perda de público, no sentido mais democrático possível do termo. De acordo com Dewey (1927), os processos de construção de públicos, aos quais ele chama de publicização, são mutuamente dependentes dos processos de construção dos chamados problemas públicos, ou seja, de problematização. Publicização e problematização seriam, assim, duas faces de uma mesma moeda (CEFAI, 2009). Se assim for, podemos também assumir o caminho inverso: os processos de “despublicização” produziram “desproblematizações”, e vice-versa, já que “desproblematizações” analogamente produziram “despublicizações”. E “despublicização” é aqui entendida como a dissolução de uma noção democrática de grande público - o qual se caracterizaria por sua natureza ativa, com seus indispensáveis, complexos e incertos movimentos de construção de dissensos e consensos e de pactuações provisórias. E esta dissolução vem se dando por meio de forças de ação de polarização, muitas vezes orquestradas de modo não explícito.

Ao despublicizarmos, esvaziamos as arenas públicas, inclusive na subtração do *status* que dávamos para problemas antes considerados como de pública relevância - desproblematizando-os. E neste movimento, assistimos (às vezes inconscientemente) e nos vemos envolvidos em processos de substituição forçada de novos problemas que não foram socialmente construídos, pelo menos não de forma processual e madura, tais como o marxismo cultural e o *kit gay*, dentre tantos outros que remetem, invariavelmente, à própria noção do *outro generalizado* ou simplesmente do *outro social* como o *outro a ser combatido*. E quando o outro social passa a ser o problema público por excelência, estamos diante da desativação da multiatorialidade que dá suporte às arenas discursivas e deliberativas em sociedades democráticas.

## DA PERDA DO PÚBLICO À REDE DE VALORES ANTIDEMOCRÁTICOS

A perda de público, por meio da vilanização progressiva do outro generalizado ou do outro social, vem produzindo armadilhas para todas as partes envolvidas neste duro processo de transformação social em direção a sociedades polarizadas. Como o principal problema público passa a ser a existência do outro, os recursos das partes - particularmente daquelas que já compreenderam os ganhos envolvidos no enfraquecimento da prática democrática, como é o caso explícito da ultradireita brasileira - são mobilizados em função da subtração de tais existências. E com este fim antidemocrático, temas públicos importantes são utilizados como matéria-prima para disputas de narrativas frequentemente baseadas em argumentos falseados e construídos de modo autorreferencial e autocircular. Só depois de ganharem muita força, ou melhor, público interno nas próprias redes controladas de significados de onde emergiram, é que extrapolam para as outras partes, provocando reações de desprezo, reprovação, ironia, recusa e combate. Nesse movimento, emerge também o ódio como afeto diretamente derivado do sentimento crescente de desamparo público, que nos deixa perdidos e à procura de algum amparo, o que, na ausência de reflexividade crítica, se concretiza de modo mais fácil na personificação de heróis e mitos, fazendo girar a

máquina do populismo.

Dentre os objetos tragados para este redemoinho populista-antidemocrático, há problemas públicos que são insistentemente instrumentalizados para a manutenção de tal movimento centrípeta, como são os casos da pandemia por Covid-19, do desmatamento por combustão ilegal na Amazônia e no Pantanal, da corrupção, dentre outros, que atraem e acabam modelando discussões mais específicas, como é o caso do lugar da ciência na sociedade e, de modo ainda mais específico, nas políticas públicas - ponto de particular interesse deste ensaio. A natureza deste redemoinho, no entanto, se apoia em uma compreensão fortemente valorativa dos discursos, ainda que a oculte de modo muito explícito. E estes valores de um estado não democrático - da segurança como um bem que pode e deve ser garantido privadamente, de elitismo e imobilidade social, de 'passar a boiada', de liberdade extrema aos poderes econômicos, de sujeição à opressiva divisão internacional do trabalho, de subalternidade cultural, de exacerbado estadocentrismo com e por desmobilização social, de não aceitação da diversidade social, de corporificação na igualdade de direitos e da intersectorialidade dos problemas sociais, dentre poucos outros igualmente nocivos - estão na base dos argumentos do armamentismo, do pró-feto, do patriotismo, do marxismo cultural, da ideologia de gênero como produto de sexualidades distorcidas, de pátria cristã, de índios integrados como gente, dos cubanos que não são médicos, da bolsa ditadura, das mamadeiras eróticas do PT, das exposição das tatuagens no corpo de uma candidata mulher jovem e de esquerda, Manuela D'Ávila, dentre tantos outros absurdos.

Estes argumentos, porém, estão fortemente ancorados naqueles valores antidemocráticos por meio de correlações muito simplórias e, sobretudo, falsas. Sintaticamente, são tautologias que não deixam a leitora e o leitor mais incauta/o (e já cooptada/o pelas tramas de significados compartilhados por suas próprias redes) buscar ponderações fora delas, restando-lhes não mais que a função de reprodução automatizada de tais informações. E assim, argumentos são transmitidos e, com eles, os valores que os subjazem, ainda mais nocivos aos projetos democráticos de sociedade. Esta força centrípeta vem funcionando como um turbilhão que atrai pessoas que, cada vez mais, se sentem mobilizadas e unidas pelo afeto público do desamparo e, diante dele, agarram-se a uma ideia de estado protetor que, nada paradoxalmente, está muito longe dos valores contidos em argumentos que passam a ser assumidos por uma massa em crescente em estado de vulnerabilização social.

O desamparo público, como interpretado aqui, é o produtor e o produto, é o motor e o combustível da vulnerabilização social, e, como tal, expandi-lo está no nó valorativo do movimento político do populismo. Um movimento que, entretanto, também se ancora em uma ideia: a de liberação do público de uma falsa ideia do que é chamado de direcionamento ou enviesamento ideológico. Desenviesamento, nesta mesma lógica, passou também a ser considerado como um problema de pública relevância, justificando, muito infelizmente, a mobilização transversal de recursos públicos, incluindo os político-discursivos, em diferentes níveis de governo e setores de políticas públicas. E desenviesar significa, na prática, enviesar para os valores que descrevemos acima, por meio dos argumentos, como também os apontados acima, em estruturas narrativas fechadas e autorreferenciadas, por extratos de falas que dão materialidade discursiva às *fake news*. Por isto, preferimos falar em movimento, pois se trata de uma estratégia de ação pública orquestrada e implementada de modo compartilhado por governos e seus aparatos burocráticos, grupos sociais, coletivos, associações religiosas, mercados formais e informais e lícitos ou ilícitos, mas também por pensadores que dão sustentação teórica e valorativa ao movimento em curso.



## DOS VALORES ANTIDEMOCRÁTICOS ÀS ARMADILHAS DO GERENCIALISMO DESPOLITIZADO

Diante do crescimento progressivo desde novo populismo de ultradireita no Brasil, ancorado em valores que ainda são muito pouco discutidos ou mesmo percebidos por aquelas e aqueles que se posicionam frontalmente contra os rumos públicos que estão sendo tomados, nos encontramos em uma situação de urgência para com os processos de esvaziamento de relevância e de interesse públicos dos e nos problemas públicos concretos, consequência direta dos esforços antidemocráticos de atribuição do *status* de público para os “novos problemas” do enviesamento, da doutrinação ideológica, do marxismo cultural etc. Estas estratégias de esvaziamento da relevância pública, assim, passam por associar os problemas clássicos a interesses privados e não mais públicos. Ao fazer isto, a educação pública de qualidade passa a ter como vilão Paulo Freire, o qual passa a ser associado à tentativa de Cuba de trazer o comunismo para o Brasil, aproveitando para tirar o emprego de todos por aqui. Esta triangulação não encontra, por óbvio, sustentação histórica, sociológica ou mesmo econômica, mas nos atinge fortemente no afeto do desamparo público: “então, se já está ruim, o que será de mim se isto acontecer?”.

Importa, assim, compreendermos que podemos analisar as estratégias de reorganização populista do rol de problemas que devem ser considerados como de pública relevância com os elementos da *fala*, marcada por uma *estrutura narrativa* de tipo tautológico. Podemos assumir seus *argumentos* como verdadeiros, não percebendo que assumimos ou reforçamos, também e sobretudo, as *crenças* e os *valores* que sustentam esta encruzilhada populista de ultradireita. E a natureza *em movimento* do que estamos todos vivendo, mesmo sem concordar, precisa ser considerada, pois se trata de um projeto de conquista de grupos sociais, econômicos e políticos muito específicos, de um projeto que pode ser facilmente etiquetado como um projeto populista-ultradireitista de futuro. E um projeto de futuro que, mesmo não sendo abertamente discutido, pode e deve ser confrontado, a começar, me parece, pela sua reconstrução crítica, a partir da análise dos elementos de fala, de suas estruturas narrativas, para chegarmos aos seus argumentos e, logo adiante, aos valores e crenças que dão significado a este projeto de futuro. Para isto, é preciso ter um projeto democrático íntegro, potente, corajoso e agregador que faça frente ao que está posto.

E um dos *argumentos* que tem alimentado diferentes *falas* diz respeito ao *descrédito da ciência*, abundantes no contexto deste projeto populista de ultradireita. Estas falas mais comuns associam as afirmações científicas a interesses não científicos, atribuindo-as a interesses políticos, econômicos e exógenos e aos interesses dos grupos que as criticam – atribuições que são, todavia, quase sempre indiretas, sugestivas, vagas, infundadas e muito agressivas. E, de tão fortes, geram reações imediatas de proteção aos ataques ou de contra-ataque. Mas estas reações podem, também, carregar consigo armadilhas discursivas e reorganizações políticas de alguns campos disciplinares ou de ação pública, como vem sendo o caso da disputa narrativa em torno da importância da ciência neste novo contexto de enfrentamento da pandemia de Covid19. Desde o início - contrariando a produção de conhecimento científico, sob a liderança de epidemiologistas renomados, mas também de outros cientistas, integrantes de grupos e centro de pesquisa, laboratórios e universidades públicas e privadas, de reconhecido prestígio nacional e/ou internacional -, nos deparamos com posições contrárias, não somente privadas de fundamentação científica, mas carregadas de argumentos, crenças e valores que minimizam e/ou desautorizam a produção científica local e mundial. Como reação direta, instituições nacionais e internacionais, políticos, aparatos burocráticos de alguns governos, associações de classe, atores da ciência, etc., entram na disputa, defendendo o conhecimento científico como o único válido para o correto enfrentamento desta crise pandêmica.

Esta defesa, entretanto, nomina os ataques sofridos como ataques políticos, como posições políticas que carecem de evidências científicas e que, portanto, não possuem validade, não devem ser seguidas e nem

devem orientar as políticas públicas nos mais diferentes contextos nacionais. Mas não se arvora a qualificar, com raras exceções, este uso político como uso oportunístico, tampouco seu lócus político como de ultradireita. Como consequência desta lacuna, porém, parece que estamos construindo uma *advocacy* genérica, em prol de uma ciência que vem sendo apresentada como única: a ciência das evidências quantitativas, dos números, das verdades incontestáveis e das previsões infalíveis. A ciência, portanto, de tradição racional-positivista, de matriz empírica e de natureza neutra. Mas esta não é a única tradição na ciência, como vem nos mostrando, há algumas décadas, autores como Habermas (1971), Foucault (1980), Latour (1987), Fraser (2007), Connell (2012), dentre outras e outros, ao defenderem que a investigação científica também é um espaço de disputa argumentativa entre diferentes epistemologias (FISCHER, 2016) e disputa de poder (LATOUR, 1987). São trabalhos que ajudaram a construir a atual compreensão da ciência e do “fazer científico” como um universo plural, inclusive por meio da discussão da indissociabilidade entre fato e valor, o que traz à tona uma percepção diferente do que a tradição racional-positivista chama de evidência, como se estas fossem sempre ancoradas em verdades empíricas incontestáveis. Mas, diferentemente desta percepção, a tradição pós-positivista, por exemplo, ancorada tanto no construtivismo como na hermenêutica, considera que qualquer evidência só encontra validade em quadros específicos de valor (BOULLOSA, 2019).

E esta defesa por um tipo único de ciência acabou assumindo dois dos principais argumentos da tradição racional-positivista: a neutralidade valorativa e a incontestabilidade dos seus axiomas. O que, paradoxalmente, parece ter se tornado especialmente útil àquela mesma disputa narrativa de que falávamos há pouco. Juntas, a neutralidade valorativa somada a incontestabilidade dos seus axiomas nos levam à falsa despolitização da ciência. E isto vem representando um obstáculo para uma tomada mais clara de posição dos próprios defensores da ciência, que não podem se curvar muito à própria dimensão política de tais movimentos de defesa, já que supostamente a defendem justamente de ataques que lhes atribuem também uma dimensão política. É preciso, portanto, que compreendamos (criticamente) que tais atribuições se ancoram em um juízo forçadamente negativo da política, relacionado à submissão de interesses escusos, não republicanos ou não patriotas, aqui no caso dos argumentos utilizados pela ultradireita brasileira. E que a defesa efetiva de tal acusação só pode passar, exatamente, pela assunção da dimensão política democrática e democratizadora. Não será, portanto, com a defesa da neutralidade científica que combateremos os movimentos de politização partidarizada da ciência.

Além disto, é importante observar que esta disputa de narrativas vem se dando em estreita relação com o campo de estudos e práticas em políticas públicas, como não poderia ser diferente, já que praticamente toda a produção de conhecimento científico sobre o novo coronavírus e suas dinâmicas de expansão pandêmica assumem a dimensão pública como constituidora de qualquer tipo de enfrentamento a tal crise. Se, de um lado, as medidas de proteção individual são extremamente necessárias; de outro, as medidas de proteção pública, que incluem boa comunicação das novas normas, visão sistêmica sobre o avanço do problema, projeção das estratégias e soluções comuns, investimentos, planejamento, gestão da implementação das políticas, regulação e controle, etc., estão muito fora do alcance privado, como foi fartamente comprovado pelos avanços e contenções das curvas de mortalidade nos diferentes territórios. Assim, quando situamos esta disputa de narrativas em relação à ciência no contexto do campo de estudos e práticas em políticas públicas, passamos a observar de outro modo a defesa da neutralidade científica, pois esta carrega consigo, também, uma visão extremamente tradicional sobre a neutralidade das próprias políticas públicas, ou melhor, sobre uma separação que já tinha sido proposta, mas que vem sendo cada vez mais refutada, entre política (*politics*) e políticas públicas (*policy*).

A separação entre políticas públicas e política era (e ainda é) nociva porque propõe que os processos de

políticas públicas, particularmente quando entendidos a partir da noção limitante de ciclo de vida, devem localizar-se no reino da técnica, do fazer neutro, da alta burocracia especializada. Como processos técnicos, estas seriam destituídas de valores próprios, pois se absteriam à absorção de valores políticos que deveriam, porém, ser disputados dentro de outras esferas, como a dos parlamentos em seus diferentes níveis de governo. Esta tradição racional-positivista ganhou forma com os desenvolvimentos iniciais de Harold Lasswell, tendo se acirrado sob forte influência da filosofia analítica, que empurrou parte do campo para contornos economicistas e viria a resultar no tecnocracismo dos anos 90 e na crença em um gerencialismo despolitizado que ainda hoje angaria adeptos. É importante insistir na lembrança de que este gerencialismo ainda é consequência da separação entre política e políticas públicas, que carrega consigo a separação ontológica entre fatos e valores, entre o objeto observado e observador, insistindo numa compreensão míope da realidade como um fato a ser estudado objetivamente – um paradigma que foi fortemente refutado pela teoria da construção social da realidade (BERGER, LUCKMANN, 1966).

E, mesmo o campo de estudos em políticas públicas, que nasce como um projeto racionalizador, tem se transformado progressivamente nas últimas décadas, como resultado da pluralização de suas bases epistemológicas que disputam valores normativos e colocam em cheque a separação entre conceitos de política e política públicas, mesmo discordando da assunção de pressupostos mais estadocêntricos ou sociocêntricos (BOULLOSA, 2019). E, dentre essas novas bases, os estudos críticos representam uma alternativa consistente para o estudo das políticas públicas (BOULLOSA *et al.*, 2020), a partir de uma forte crítica aos limites e falhas de tal projeto que objetivava uma construção racional da sociedade (BERNSTEIN, 1979; STONE, 1988), reconectando fortemente a dimensões sociais da política e das políticas públicas (TRIBE, 1971; MAJONE, 1989; FISCHER, 1998). Ser 'crítico' passa a ser, então, nunca tomar os processos de políticas públicas como garantidos, como óbvios (FISCHER, 2016), partindo de premissas discursivas e buscando estruturas de argumentação mais profundas (MAJONE, 1989), levando em consideração suas múltiplas racionalidades em tais processos (HAWKESWORTH, 1994), em que se baseiam os pressupostos normativos em disputa (HOWARTH, 2010), que precisam ser interpretados (JENNINGS, 1983) a partir de uma nova instrumentalidade analítica e metodológica (YANOW & SCHWARTZ-SHEA, 2006), diante da qual o analista crítico deve desenvolver uma postura reflexiva (SCHÖN & REIN, 1994), que inclui uma revisão crítica das opressões às quais estamos sujeitos, inclusive como projeto pedagógico político libertador (FREIRE, 1973; SIMON, 1992; GIROUX, 2011), decolonial (MIGNOLO, 2002; QUIJANO, 2007; FIJINO ET AL. 2018) e transgressor (HOOCK, 2002).

Reconstruir criticamente, portanto, como temos respondido às disputas narrativas em torno da valorização ou desvalorização da ciência e seus impactos no campo de estudos em políticas públicas significa apontar as feridas ainda abertas de uma disputa sobre a neutralidade ou não das próprias políticas públicas – ou seja, sobre a separação ou não entre políticas e políticas públicas no contexto de um país que precisa superar suas amarras de sulbaternidade que vem alterando historicamente nossos modelos de aprendizagem nas arenas políticas/públicas. Se as políticas públicas devem ser neutras, então a sua gestão também deveria ser, pois ambas se situariam no reino da técnica e não da política é assim estaríamos reesquentando aquele mesmo gerencialismo falsamente despolitizado e tecnocrata – que de certo modo autorizou um ministro interino na saúde por tantos longos meses, em meio a uma curva de crescimento exponencial de perdas de vidas humanas pela pandemia de Covid-19. Como se houvesse um fazer técnico, um fazer necessariamente correto, que não implicasse em posicionalidades políticas. Ou como se houvesse um caminho único para a gestão dos problemas públicos. Insisto, mais uma vez, que despolitizar as políticas públicas e seus processos de gestão significa reforçar o argumento ultradireitista do *desenviesamento* das políticas públicas, ao qual subjaz a propagação da descrença na política ou de sua vilanização. E a política



é uma dimensão essencial da vida pública. Vilanizá-la estimulou e continua estimulando o afeto público do desamparo, reforçando outros afetos como o descrédito e o ódio, que projetam o outro como inimigo, corroboram as buscas de soluções privadas, mesmo quando oferecidas por governos, esvaziando as arenas públicas e minando os necessários processos democráticos de construção de público, o qual analisamos a partir do conceito de multiatorialidade (BOULLOSA, 2013; 2019).

## DO GERENCIALISMO DESPOLITIZADO À AVALIAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Há hoje, mais do que nunca, diferentes caminhos para compreender ou mesmo desencadear processos avaliativos e precisamos estar atentos às escolhas que fazemos, sobretudo neste momento de disputas narrativas como a que estamos discutindo neste ensaio, entre projetos progressistas e projetos autoritários de sociedade. Por isso, precisamos compreender que estas diferenças entre os caminhos vão muito além dos significados próprios do que é avaliação, ou seja, do seu conceito mais explicitamente assumido, ou da sua natureza, pois estas (diferenças) se concretizam também na definição/precisão dos seus contornos de propósitos, método, formatos e, claro, usos possíveis para esta atividade de pesquisa que é voltada para a produção de um tipo muito específico de conhecimento, que é o conhecimento avaliativo. E a produção de conhecimento avaliativo envolve escolhas – como dizia Carol Weiss, “*the all-purpose evaluation is a myth*” (1998: 33).

Destarte, importa também compreender que a pluralidade à qual nos referimos é resultado de um campo de estudos e práticas que vem sendo construído há quase um século. Mesmo não sendo possível precisar um marco zero para a avaliação como um campo de estudos, diferentes autores concordam que o período histórico do New Deal representou um marco importante para a concretização do que hoje já nos atrevemos a chamar de campo, alinhando-nos à Bourdieu (1966). Foi em tal época que começou a emergir, com maior vigor, a necessidade de produção de conhecimentos metodologicamente voltados para a redução da incerteza que rondava a tomada de decisão de gestores públicos. Defendia-se que o novo ciclo de desenvolvimento econômico desejado só seria possível se pautado por uma racionalidade linear-explicativa das decisões públicas, baseada em informações avaliativas técnico-científicas e neutras – a mesma neutralidade que estamos aqui colocando em xeque (BOULLOSA, PERES, 2019).

A ideia de produzir informações avaliativas neutras para a tomada de decisão pública rapidamente ganhou novos contornos com o final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), criou um contexto para que as avaliações passassem a incorporar, com muito mais ênfase, a responsabilidade em oferecer um juízo ou síntese avaliativa, apresentadas ainda como científicas e neutras. Para Boullosa e Peres (2019), do ponto de vista epistemológico e metodológico, a avaliação abandona uma natureza meramente descritiva para assumir uma natureza fortemente prescritiva, inaugurando uma nova fase que assumiria entre suas novas premissas os julgamentos abalizados, o reforço do paradigma *top-down*, a grande escala na investigação, com a franca primazia do método científico-experimental – uma época conhecida como “era de ouro” da avaliação (BEZZI, 2007), sobretudo pela força impositiva de verdade neutra que carregava consigo (BOULLOSA, 2018). Menos de duas décadas foram suficientes para minar por completo o reino falsamente acrítico das avaliações gerencialistas-tecnocráticas, por influência do paradigma construtivista e da crítica social produzida pela Escola de Frankfurt (HABERMAS, 1973), no contexto do movimento da contracultura na produção científica.

Os anos 70 foram palco de muitas experiências de ativação de avaliações de tipo *bottom-up*, que buscavam novas ancoragens epistemológicas e uma maior centralidade do público em seus desenhos, mas também na validação de seus resultados. Dentre estas novas ancoragens, destacavam-se aquelas de base

participativa, mas também de inspiração antropológica, por meio de aproximações com método etnográfico, privilegiando o trabalho de campo. Tratava-se de avaliações assumidamente subjetivas, de natureza mais descritiva, voltadas para a compreensão da rede de significados do objeto por partes dos grupos e dos territórios, com mais ou menos participação – de fato, as perguntas de pesquisa avaliativa privilegiavam compreender, sobretudo, os efeitos de instrumentos de políticas públicas sobre tais grupos e territórios, em uma escala micro de investigação, na qual a avaliadora ou o avaliador assumia a posição de observador participante, muitas vezes estruturando a sua pesquisa avaliativa nas fases clássicas de pré-campo, campo e pós-campo. De natureza muito mais descritiva, estas avaliações nem sempre incorporavam a necessidade de construção de um juízo avaliativo, recusando, quase sempre, a prescrição ou intervenção – exceto quando as de tipo mais participativo do que antropológico se aproximavam do universo metodológico da pesquisa-ação.

Com os anos seguintes, na esteira do movimento reformista dos estados capitalistas, começando pelos de língua inglesa, a avaliação gerencialista novamente ganhou fôlego. Para servir aos argumentos de redução de custos, flexibilidade, eficiência, transparência e accountability, as avaliações autointituladas como neutras voltam a ganhar destaque no cenário do campo de estudos em políticas públicas, e mais ainda, no campo da administração pública. O paradigma experimental volta a ter força, em avaliações de grande escala, com as novas funções de readequação do Estado a uma versão mais diminuta de si mesmo, que previa a transferência de partes de seus serviços para a iniciativa privada (OSBORNE; GAEBLER, 1995). É nesta mesma conjuntura de modelo neoliberal de estados nacionais que a avaliação chega de modo mais incisivo no Brasil, igualmente em um contexto reformista (FARIA, 2005). Este novo fôlego gerencialista, de tradição racional-positivista, ensejou a criação de muitas novas metodologias, instrumentos e técnicas de avaliação, ampliando fortemente o repertório metodológico em avaliação, com a mesma capa de neutralidade vista na chamada era de ouro da avaliação. Tal crescimento exponencial, somado à súbita devoção à avaliação como ferramenta de controle e de tomada de decisão nas agendas governativas, fez com que, em muito pouco tempo, por um lado, a avaliação se consolidasse dentro da agenda de governos, agências de cooperação internacional, de desenvolvimento nacional, bancos públicos e tantos outros atores portadores poder econômico e cultural; mas, por outro, começasse a causar certo estranhamento ou mesmo recusa de atores que não queriam ser colocados na posição de avaliados (MOKATE, 2002).

Por ser fortemente aplicado, o campo da avaliação, a cada nova incursão teórico-metodológica, acabava por incorporar as novidades dentro de seu próprio leque de possibilidades de realização – inclusive em termos de mercado, com suas dinâmicas, reservas e possibilidades. Assim, chegamos à segunda década do século 21 com uma vasta oferta de possibilidades instrumentais em avaliação de políticas públicas. Em sua grande maioria, porém, trata-se de uma oferta sem ancoragem normativa explícita, apresentada como um catálogo neutro que pode ser adaptado para diferentes usos e aplicado em objetos de avaliação. Uma situação que é consequência dos próprios desenvolvimentos da avaliação como campo que se manteve refém do movimento de outros campos, por ver-se excessivamente como uma área aplicada de conhecimento. Mas esta não ancoragem normativa é somente aparente, pois mesmo para cada instrumento menor ou técnica avaliativa, há sempre um quadro valorativo que o subjaz e que o valida. O desafio a ser assumido, portanto, é o de buscar esta ancoragem, para que não conjugemos aquele mesmo gerencialismo despolitizado que legitimava a antidemocrática separação entre política e política pública.

## FAZENDO O CAMINHO DE VOLTA: DA AVALIAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS AO

## ENFRENTAMENTO DO GERENCIALISMO DESPOLITIZADO, DOS VALORES ANTIDEMOCRÁTICOS E DO DESAMPARO PÚBLICO POR MEIO DA POSICIONALIDADE AXIOLÓGICA

O caminho crítico para a avaliação em políticas públicas é aqui definido e defendido por uma abordagem a qual chamamos de axiológica. A abordagem axiológica é aquela que é desenhada, conduzida e validada como parte do processo de políticas públicas, numa compreensão do conhecimento avaliativo voltado para o reforço e a ampliação democrática de tal processo. Para isto, compreende-se que no cerne deste processo estão os quadros de valores ativos, ou valorativos, que são ativados, modelam e são modelados por uma multiatorialidade que se constitui propriamente como processo (BOULLOSA, 2019), em quadros fluídos de experiências (PERES, 2020), no contexto de governo de bens de problemas públicos (BOULLOSA, 2013; 2019). Neste sentido, podemos dizer que são os valores a conformarem os principais materiais de pesquisa que nos levam à produção de conhecimento avaliativo de abordagem axiológica. Esta compreensão produz uma posicionalidade investigativa com implicações teóricas e práticas, situada em diferentes planos de pesquisa, particularmente nos planos ontológico, epistêmico, metodológico e deontológico, como veremos a seguir. Planos que, juntos, dão validade aos resultados construídos.

No plano ontológico, a avaliação axiológica finca os pés no campo de estudo em políticas públicas. Com isto, necessariamente, precisa lidar tanto com a história, quanto com a atual configuração do campo, para posicionar-se, inclusive em relação às suas principais disputas. Este desafio exige uma postura crítica, que compreenda as forças que estruturam filosoficamente tal campo, com suas tradições e implicações epistemológicas, mas, sobretudo, com os projetos de poder e de sociedade que lá transitam de modo nada pacífico. Entender as dinâmicas de controvérsia é ser capaz de posicionar-se com maior precisão, no caso da axiologia, contra um projeto racional-positivista da sociedade, assumindo uma perspectiva sociocêntrica das políticas públicas, comprometendo-se com um novo equilíbrio entre estado e sociedade, e abraçando um projeto político de democratização do próprio campo de estudos e práticas em avaliação, fortemente ancorado àquele das políticas públicas - numa postura reflexiva que estimula a aprendizagem. Com isto, evitamos nos amarrar, muitas vezes sem que nem saibamos, a caminhos epistemológicos e/ou metodológicos que estão alinhados a tradições ontológicas de que nem nos dávamos conta, tais como as que sustentam o gerencialismo despolitizado e tecnocrático.

A passagem do plano ontológico, mais relacionado à natureza do ser, para o epistemológico, mais relacionado à natureza do saber, situa-se na problematização dos quadros valorativos presentes nos processos de avaliação em políticas públicas. Mas, para isto, precisamos, antes, compreender que o conhecimento avaliativo que produzimos é um conhecimento de matriz argumentativa. É um argumento (FISCHER, FORESTER, 2013). E como tal ele se insere em um fluxo mais amplo de argumentos que são os próprios fluxos de políticas públicas, ativados por uma multiatorialidade (BOULLOSA, 2013; 2019) que acaba também por se atorizar no processo, muito além da soma de atores presentes separadamente. Tratar avaliativamente esta multiatorialidade significa compreender e reforçar a interação entre os atores e dar vida analítica às suas dinâmicas, assumindo a racionalidade discursiva como orientadora do próprio plano epistemológico. Assim, mesmo quando avaliamos políticas, planos, programas, projetos, ações, estamos avaliando, antes de tudo, argumentos. Produzimos, portanto, argumentos a partir de argumentos, aceitando discursivamente as múltiplas racionalidades neles presentes, bem como alinhando-nos politicamente com um projeto que busca revelar os quadros de valores que articulam racionalidades e argumentos, como caminho para a construção axiológica do conhecimento avaliativo que se deseja criticamente produzir.

Este *como* produzir conhecimento avaliativo, a partir dos exercícios de posicionalidade acima desenvolvidos, assenta-se no cruzamento entre os planos analítico e metodológico. O primeiro ancora-se no plano

epistêmico por meio da noção de valores como o elemento que fixa racionalidades e argumentos. Desta ancoragem, o quadro analítico-normativo deve buscar problematizar seu objeto, por níveis de profundidade, nas relações de congruência e dependência entre as falas, as estruturas narrativas, os argumentos e valores, associando-os aos grupos atoriais mapeados no curso do próprio processo avaliativo. Destas relações, podem emergir também os núcleos de complexidade e de incerteza transversais aos grupos, de modo a promover uma análise crítica do objeto em avaliação, mas também reflexiva ao problematizá-lo no fluxo de políticas públicas em questão, estes também conformados por ações, intenções e argumentos. Já o segundo, o do método, parte de um pressuposto interpretativista de produção de conhecimento científico, assume a não neutralidade de qualquer instrumento e começa pela definição crítica de quais são os materiais que deverão ser considerados como de pesquisa avaliativa, de acordo com o quadro analítico-normativo da avaliação. Com isto, os instrumentos devem ser funcionais à normatividade construída, de base discursiva e explicitada, resultando em um quadro multimetodológico por ela validado, o qual pode conter instrumentos mais qualitativos ou quantitativos, de base empírica ou não. Além disto, estes instrumentos, pelo alinhamento ontológico e epistemológico, devem ser problematizados, sempre que possível, em sua dimensão pedagógica, por inserirem-se em processos de produção mais amplos de aprendizagem pública, cujo fim último é sempre a expansão e consolidação democrática, deconolizada e interseccional.

Por fim, a posicionalidade axiológica em avaliação exige também um esforço para com o plano da deontologia que é aquele no qual transitam as questões relacionadas à prática profissional, sobretudo no sentido da postura e da conduta que devemos assumir nos contextos de realização da avaliação como um ofício. E aqui se encontra, talvez, um dos planos mais importantes, pois requer uma mudança explícita de uma posição de avaliadoras e avaliadores que não vêm sua atividade como um *fazer aplicado*, mas, sim, como um *fazer implicado* (BOULLOSA, 2019). A *implicação* é mais ampla do que a *aplicação* porque carrega consigo uma reflexividade própria da aprendizagem, na qual os sujeitos em processos avaliativos veem a si próprios como sujeitos ancorados em quadros de valores, capazes de refletir e reorganizar criticamente seus próprios argumentos, compreendendo seus lugares de fala (RIBEIRO, 2017) interseccional (AKOTIRENE, 2020) e ampliando seu potencial libertador (FREIRE, 1973) e decolonizador (QUIJANO, 2007).

## REFLEXÕES FINAIS

Este ensaio teve como objetivo chamar a atenção para a responsabilidade da avaliação no enfrentamento dos avanços mais recentes da ultradireita no campo da política no Brasil, que vem produzindo o esvaziamento dos processos de construção de público, por meio do encorajamento do afeto público do desamparo, em que se ancora um conjunto pequeno, porém bem articulado de valores antidemocráticos. Esta construção foi apresentada como uma narrativa estruturada por passagens e argumentos, retomados abaixo, para, em seguida, apresentarmos uma ideia de agenda de pesquisa para que a avaliação no Brasil passe a ver a si mesma como um campo de estudos e práticas que, embora em formação, já carrega consigo ancoragens que podem reforçar um projeto de sociedade que seja, além de democrático, democratizador.

Na primeira passagem, apresentamos a ideia de desamparo público como um afeto público que provoca a perda do próprio sentimento de público, bem como dos esvaziamentos de suas dinâmicas democráticas de formação, impulsionando a rede de significados carregados de valores antidemocráticos e sendo impulsionado por ela. Refletimos sobre como os afetos públicos estão relacionados à aprendizagem, pois são constituidoras do modo como nos inserimos identitariamente nos processos da vida pública. Quando

negativo, um afeto, como o do desamparo, pode provocar a negação dos julgamentos de valor (RICOEUR, 1986), por uma circularidade autorreferenciada que imputa uma falsa condição de neutralidade axiológica exclusivamente válida dentre de um mesmo quadro de valores. Com isto, assistimos a estruturas circulares e fechadas de significados que estão, por sua vez, na base das polarizações discursivo-valorativas que caracterizam muitas sociedades, como é o caso da brasileira, contribuindo também para o movimento de esvaziamento do público para a esfera pública.

A passagem seguinte buscou problematizar justamente este esvaziamento do público como uma das consequências da vilanização progressiva do outro generalizado, ou do outro social, que vem produzindo armadilhas para todas as partes envolvidas neste duro processo de transformação social em direção a sociedades polarizadas. Como o principal problema público passou a ser a existência do outro, os recursos das partes, particularmente daquelas que já compreenderam os ganhos em termos de perda da própria prática democrática, como é o caso explícito da ultradireita brasileira, são mobilizados em função de subtração de tais existências. Assim, o desenviesamento passou também a ser considerado como um problema de pública relevância, justificando, muito infelizmente, a mobilização transversal de recursos públicos, incluindo os político-discursivos, em diferentes níveis de governo e setores de políticas públicas. E desviesar, como vimos, significa, na prática, enviesar para os valores autoritários, subalternos e antidemocráticos.

Estes valores, quando assumem a desvalorização da ciência como objeto, levam à despolitização da mesma, inclusive por quem a defende, sobretudo por reduzir a sua complexidade e pluralidade à ciência racional-positivista, nos levando de volta para as armadilhas do gerencialismo despolitizado, como discutido na terceira passagem. Argumentamos que a defesa de um tipo único de ciência acabou assumindo dois dos principais argumentos da tradição racional-positivista: a neutralidade valorativa e incontestabilidade dos seus axiomas. O que, paradoxalmente, parece ter se tornado especialmente útil àquela mesma disputa narrativa que permeou parte da discussão apresentada nesta terceira passagem do texto. A partir de tais considerações, na passagem seguinte, buscamos explicar como e porque tal gerencialismo despolitizado ainda se ancora com facilidade, muito infelizmente, no campo da avaliação em políticas públicas. E vimos isto a partir de uma breve reconstrução crítica da sua história.

Na última passagem, por fim, procuramos trilhar o caminho de volta para a construção democrática de público por meio do que chamo de avaliação axiológica. Esta compreensão produz uma necessidade de posicionalidade investigativa, com implicações teórico-práticas, que se reverberam em diferentes planos de pesquisa, particularmente nos planos ontológico, epistêmico, analítico metodológico e deontológico. Argumento que somente por meio de um exercício de posicionalidade conseguiremos, de algum modo, contribuir para o enfrentamento do triângulo argumentativo populista de ultradireita, formado pela falsa ideia de gerencialismo despolitizado, pelas redes de disseminação de argumentos falsos e pela ampliação do afeto do desamparo público. E defendo, por fim, que tal exercício requer uma mudança explícita da percepção da avaliação não mais como um fazer aplicado, mas, sim, como um fazer implicado (BOULLOSA, 2019), pois esta última carrega consigo uma reflexividade própria da aprendizagem, na qual os sujeitos em processos avaliativos veem a si próprios como sujeitos ancorados em quadros de valores.

A narrativa apresentada aponta, nestas conclusões, para a necessidade de uma nova agenda de pesquisa para a avaliação no Brasil, para que ela desenvolva uma compreensão reflexiva de si mesma, passando a ver-se como um campo de práticas e conhecimentos, ancorado, por sua vez, no campo mais amplo de estudos em políticas públicas. As dimensões desta construção podem ser organizadas tanto pelos diferentes planos de pesquisa, como tratado aqui, quanto podem (de modo talvez mais interessante), por lacunas de



investigação, tais como a reconstrução crítica historicizada do seu percurso, aproximação com outros campos de práticas, investigações da conformação atual do campo, mapeamento de suas principais representações epistêmicas, bem como de suas disputas internas, estudos classificatórios de seus principais e mais consistentes percursos metodológicos, ampliação dos canais e mecanismos de diálogo institucionais de suas arenas, promoção de contextos formativos e reflexivos para interessados na avaliação como campo profissional, dentre outras. Com um esforço reflexivo é possível caminharmos para processos de aprendizagem mais sólidos e ancorados em uma construção democrática da sociedade, de modo a estimular cada vez mais exercícios de posicionalidade axiológica nas avaliadoras e avaliadores no Brasil.

## Referencias

- AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.
- BERGER, P; LUCKMANN, T. The Social Construction of Reality. Harmondsworth: Penguin, 1966.
- BERNSTEIN, R. J. (1976). The Restructuring of social and political Theory. New York: Harcourt Brace Jovanovich.
- BEZZI, C. Il Disegno della Ricerca Valutativa. Milão: Franco Angeli, 2007.
- BLUMER, H. Social problems as collective behavior. Social problems, vol, 17, issue 3, pp. 298-306, Winter 1971.
- BOULLOSA, R. de F. Mirando ao revés as políticas públicas: notas sobre um percursos de pesquisa. Pensamento & Realidade, v. 28, p. 68-86, 2013.
- \_\_\_\_\_. Gestão Social e Avaliação. In: João Martins de Oliveira Neto; Jeová Torres Silva Junior. (Org.). Gestão Social. 1ed.Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/UANE/BID/STDS, 2017, v. 1, p. 267-288.
- \_\_\_\_\_. Mirando ao revés as políticas públicas: o desenvolvimento de uma abordagem crítica e reflexiva para o estudo das políticas públicas. Publicações da Escola da AGU, série especial, pp. 89-105, 2019.
- \_\_\_\_\_.; PERES, J. L. P.; BESSA, L. F. M. Por dentro do campo: uma narração reflexiva dos estudos críticos em políticas públicas. Revista Organizações & Sociedade, Salvador, 2020 [no prelo].
- \_\_\_\_\_.; SILVA, L. G.; LARANJA, L. S.; PERES, J. L. P.; A expansão da Covid-19 no G100: reflexões sobre a capacidade de resposta dos municípios mais endividados do Brasil, pp. 03-16. In: OSPP. Boletim de Gestão de Políticas Públicas e Covid-19 do Observatório da Sociedade Pós-Pandêmica: Políticas Públicas & Governança, UFBA, UnB, UFV, UFTM, n. 1, jul. 2020.
- BOURDIEU, P. (1966). Champ intellectuel et projet créateur. Les Temps modernes, 246, 865-906.
- COLLINS, Patricia Hill. Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment. New York: Routledge, 2001.
- DEWEY, J. A democracia é radical (1937), pp. 337-339. In: HICKMAN; LARRY; ALEXANDER. The essential Dewey, vol. 1: Pragmatism, Education, Democracy. Bloomington: Indiana University Press, 1998.
- \_\_\_\_\_. The Public and Its Problems. New York: Henry Holt, 1927.
- FARIA, C. A. P. A política da avaliação de políticas públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 97-109, out. 2005

FISCHER, F. Para além do empirismo: policy inquiry na perspectiva pós-positivista. *Revista NAU Social*, v. 7, n. 12, p. 163-180, mai/nov. 2016.

\_\_\_\_\_, & FORESTER, J. *The Argumentative Turn in Policy Analysis and Planning*. London: Duke University Press, 1993.

FREIRE, P. *Education for Critical Consciousness*. New York: Seabury Press, 1973.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do oprimido*. 50. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GIROUX, H. *On Critical Pedagogy*. London: Continuum, 2011.

HABERMAS, J.. *Toward a Rational Society: Student Protest, Science and Politics*. Translated by Jeremy J. Shapiro. Boston, MA: Beacon, 1971.

HABERMAS, J.. *Legitimation Crisis*. London: Heinemann, 1973.

HAWKESWORTH, M. *Policy Studies with a Feminist Frame*. *Policy Sciences*, 1994, vol. 27, n. 2 (3), 97-118.

HIRSCHMAN, A. O., *Development Projects Observed*, Washington, D.C.,. The Brookings Institution, 1967

HOOKS, Bell. *Teaching Community: A Pedagogy of Hope*. Routledge, New York and London, 2003.

\_\_\_\_\_. *Teaching to Transgress: Education as the Practice of Freedom*. Routledge, 1994

HOWARTH, David. (2010, April). Power, discourse, and policy: articulating a hegemony approach to critical policy studies. *Critical Policy Studies*, 3 (3-4), 309-335.

JAMES, W. *The Meaning of Truth: A Sequel to "Pragmatism"* (1909), Prometheus Books, 1997:

LASSWELL, H. *The Policy Orientation*, pp. 3-15. In: LERNER, D.; LASSWELL, H. *The Policy Sciences*. Stanford: Stanford University Press, 1951.

LATOUR, B. 1987. *Science in Action*. Cambridge: Harvard University Press.

MAJONE, G. 1989. *Evidence, Argument and Persuasion in the Policy Process*. Reissue ed. New Haven, CT: Yale University Press.

MARTINS, A. P. A. *Governança Global da Pesquisa Científica no Contexto da Pandemia de Covid-19: análise das diretrizes e discursos sobre ciência e ética produzidos pela Organização Mundial de Saúde* In: OSPP. *Boletim de Gestão de Políticas Públicas e Covid-19 do Observatório da Sociedade Pós-Pandêmica: Políticas Públicas & Governança*, UFBA, UnB, UFV, UFTM, n. 1, jul. 2020.

MARCUS, G. E. *Le citoyen sentimental : Emotions et politique en démocratie*. Collection Sociétés en mouvement. Presses de Sciences Po, Paris, 2008.

MIGNOLO, Walter 2002. 'The Geopolitics of Knowledge and the Colonial Difference, 'South Atlantic Quarterly 101.1 (Winter): 56-96.

MOKATE, Karen Marie. *Convirtiendo el "monstruo" en aliado: la evaluación como herramienta de la gerencia social*. *Revista do Serviço Público, Brasília*, v. 53, n. 1, p. 89-131, jan./mar. 2002.

OSBORNE, D; GAEBLER, T. *Reinventando o governo*. 6. ed. Brasília: MH Comunicação, 1995.

PERES, Janaina Lopes Pereira. *Reinterpretando o fluxo de políticas públicas a partir da experiência: do pragmatismo crítico ao Hip Hop da Ceilândia/DF (Tese de Doutorado)*, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional – PPGDSCI. Brasília: UnB, 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGUÉL, R. (Orgs.). El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 93-126.

REIS, I. A Retórica da Crise: Democracia e Estabilidade Institucional no Brasil em Tempos da Pandemia de Coronavírus. NAU - A REVISTA ELETRÔNICA DA RESIDÊNCIA SOCIAL, v. 11, p. 145, 2020.

RICŒUR, P. Histoire et vérité, Paris, Seuil, 1955.

\_\_\_\_\_. Du texte à l'action. Essais d'herméneutique II, Le Seuil, 1986.

SAFATLE, Vladimir. Circuito dos Afetos: Corpos políticos, Desamparo, Fim do Indivíduo. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

SCHÖN, Donald, The Reflective Practitioner: How Professionals Think In Action. NY: Basic Books, 1984.

\_\_\_\_\_, & REIN, Martin. (1994). Frame Reflection: Towards the Resolution of Intractable Policy Controversies. NY: Basic Books.

TRIBE, L. H. Policy Science: Analysis or Ideology?. Philosophy & Public Affairs, 2 (1), 66-110, 1972.

WALSH, Catherine. Pedagogy and the Struggle for Voice: Issues of Language, Power, and Schooling for Puerto Ricans. New York : Bergin & Garvey, 1990.

WEISS, C. H. (1972). Evaluation Research: Methods for Assessing Program Effectiveness. Englewood Cliffs: Prentice-Hall.

YANOW, D & SCHWARTZ-SHEA, P. (2006). Interpretation and Method: Empirical Research and the Interpretative Turn. Armonk, London: M. E. Sharpe.